



# MÉTODOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS:

## estudos, reflexões e perspectivas

**Marcos Pereira dos Santos**  
(Organizador)

# 2

## **Direção Editorial**

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

## **Organizador**

Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos

## **Capa**

AYA Editora

## **Revisão**

Os Autores

## **Executiva de Negócios**

Ana Lucia Ribeiro Soares

## **Produção Editorial**

AYA Editora

## **Imagens de Capa**

br.freepik.com

## **Área do Conhecimento**

Ciências Humanas

# **Conselho Editorial**

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza  
Centro Universitário Santa Amélia  
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.º Dr. Carlos López Noriega  
Universidade São Judas Tadeu e Lab.  
Biomecatrônica - Poli - USP  
Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva  
Centro Universitário FACEX  
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chiroli  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig  
Universidade Federal do Paraná  
Prof.º Dr. Gilberto Zammar  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso  
Universidade de Santa Cruz do Sul  
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.º Me. Jorge Soistak  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.º Me. José Henrique de Goes  
Centro Universitário Santa Amélia  
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim  
Faculdade Sagrada Família e Centro de  
Ensino Superior dos Campos Gerais  
Prof.ª Ma. Lucimara Glap  
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues  
Universidade Norte do Paraná  
Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos  
Faculdade Rachel de Queiroz  
Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda  
Centro Universitário Santa Amélia  
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira  
Instituto Federal do Acre  
Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail  
Centro de Ensino Superior dos Campos  
Gerais  
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares  
Universidade Federal do Piauí  
Prof.ª Ma. Sílvia Apª Medeiros Rodrigues  
Faculdade Sagrada Família  
Prof.ª Dr.ª Sílvia Gaia  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda  
Santos  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues  
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2021 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

M9399 Métodos e práticas pedagógicas: estudos, reflexões e perspectivas 2. / Marcos Pereira dos Santos (org.). -- Ponta Grossa: Aya, 2021. 300 p. – ISBN: 978-65-88580-67-7

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI 10.47573/aya.88580.2.42

1. Educação. 2. Educação especial - Legislação. 3. Educação física (Ensino fundamental). 4. Ensino médio. 5. Meritocracia. 6. Minorias - Educação – Brasil. 6. Educação de jovens e adultos. 7. Tecnologia educacional. 8. História da educação. 9. Inclusão escolar I. Santos, Marcos Pereira. II. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de  
Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557  
Ponta Grossa - Paraná - Brasil  
84.071-150

# A docência no ensino secundário em Dourados - MT, de 1951 a 1961, na vigência da Reforma Capanema

---

*Pâmilla Nataly Miguelão Hellmann*

# Resumo

---

Este artigo busca apresentar resultados de uma dissertação de mestrado que analisou a história dos professores e professoras do ensino secundário em Dourados, Mato Grosso, durante a vigência do Decreto Lei n. 4.244/1942, parte da Reforma Capanema. O período estabelecido para esta pesquisa foi de 1951 a 1961, que compreende, respectivamente, a criação do Ginásio Presidente Vargas, na cidade de Dourados, e o ano em que se encerrou o período da vigência da Reforma Capanema, com a Lei n. 4024/1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tratou-se de uma pesquisa histórico documental, para a qual foram transformados em fontes os documentos coletados no Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) sobre o Ginásio Osvaldo Cruz (1954) e sobre o Ginásio Presidente Vargas (1951/1958), além de terem sido relacionados os documentos desses acervos com a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, parte do conjunto de Leis conhecido como Reforma Capanema. Realizou-se a análise dessas fontes a partir da perspectiva de Certeau (1982) e Le Goff (1990). A análise mostrou que a maioria do corpo docente do ensino secundário em Dourados, entre os anos de 1951 e 1961, era formada por advogados, médicos, padres, percebendo-se haver, desde essa época, a necessidade de formação em serviço, prevista na Lei Orgânica do Ensino Secundário. Concluiu-se que os professores e professoras secundaristas de Dourados buscavam se adequar ao Decreto-Lei n. 4.244/1942 quanto à formação, mas, enfrentavam muitos desafios em relação ao salário e condições de trabalho.

**Palavras-chave:** ensino secundário. docência. história da educação.

# Abstract

---

This article seeks to present the results of a master's thesis that analyzed the history of secondary school teachers in Dourados, Mato Grosso, during the validity of Decree Law n. 4.244/1942, part of the Capanema Reform. The period established for this research was from 1951 to 1961, which includes, respectively, the creation of the Presidente Vargas Gymnasium, in the city of Dourados, and the year in which the period of validity of the Capanema Reform ended, with Law n. 4024/1961, the Law of Guidelines and Bases of National Education. It was a historical documental research, for which the documents collected at the Regional Documentation Center (CDR) of the Federal University of Grande Dourados (UFGD) on the Osvaldo Cruz Gymnasium (1954) and on the Presidente Vargas Gymnasium were transformed into sources (1951/1958), in addition to having related the documents of these collections with the Organic Law of Secondary Education of 1942, part of the set of laws known as Reforma Capanema. These sources were analyzed from the perspective of Certeau (1982) and Le Goff (1990). The analysis showed that the majority of the teaching staff of secondary education in Dourados, between the years 1951 and 1961, was formed by lawyers, doctors, priests. Secondary Education Organic Law. It was concluded that high school teachers from Dourados sought to adapt to Decree-Law n. 4.244/1942 regarding training, but faced many challenges in relation to salary and working conditions.

**Keywords:** secondary education. teaching. history of education.

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados de pesquisa de dissertação de mestrado sobre professores e professoras de ensino secundário em Dourados/MT, o período abrangido por esta pesquisa está inserido na vigência do Decreto-Lei n. 4.244 de 1942, parte da Reforma Capanema, marco na educação secundária no País, revogado pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 4024 de 1961. A pesquisa se inicia em 1951, ano da criação do Ginásio Presidente Vargas, na cidade de Dourados e vai até 1961, ano em que se encerra o período da vigência da Reforma Capanema.

No período histórico em que fazia parte do estado de Mato Grosso, antes da criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977. O município de Dourados foi criado em 1935 quando foi emancipado do município de Ponta Porã. De 1943 a 1946 Dourados fez parte do Território Federal de Ponta Porã.

Para explicar o contexto histórico no qual os professores e professoras de ensino secundário (1951-1961) estavam inseridos foram abordados na dissertação no capítulo 1 a história do Brasil a partir de 1930, a chamada Era Vargas. Registra-se na história que Vargas foi eleito primeiro de forma provisória de 1930 a 1934, após foi eleito de forma indireta pelo Congresso, após registra-se os anos de 1934 a 1937 como constitucionais.

Getúlio Vargas se torna uma figura de destaque neste estudo por conta que no período em que foi presidente várias transformações políticas importantes com a instalação do Estado Novo (1937- 1945), surgiram os Decretos-Lei do Ensino Secundário e também houve a política de ocupação de territórios que tem influência direta na criação dos Ginásios em Dourados/MT, destaca-se que a “Marcha para o Oeste” de 1940 exerceu um papel importante na história do ensino secundário na região de Dourados/MT já que, as famílias vinham trabalhar na cidade e necessitavam de escolas para seus filhos estudarem, isso ajudou na instalação dos Ginásios.

A instalação do Estado Novo em 1937 traz mudanças políticas importantes para o País, como destaca Diniz (1999):

Nesse momento, é a figura do Vargas ditador que assume o primeiro plano, a imagem do homem que, através de um golpe de Estado, com o auxílio das Forças Armadas, instaura a ditadura, pondo fim à breve e turbulenta experiência democrática de 1934-37, traíndo assim os ideais da revolução de que fora um dos principais líderes. (DINIZ, 1999, p. 23).

O Brasil neste momento histórico é marcado por um governo autoritário, que controlava até mesmo a imprensa, mas, que tinha popularidade principalmente entre os trabalhadores. Este período é definido por Fausto (1999) como um regime cheio de controvérsias “diabo é esse regime que gera essencialmente uma série de males e, ao mesmo tempo, tem facetas de progresso.” (FAUSTO, 1999, p. 20).

A popularidade de Getúlio Vargas com os trabalhadores era de tal forma que os trabalhadores no País vendiam seu trabalho pensando no Progresso do Brasil. O trabalhador era colocado como um ator de transformação da situação econômica, cabendo a ele velar para ter a ascensão social e contribuir ao mesmo tempo para o crescimento socioeconômico do País. Gomes (1999) resume este período:



O trabalhador, mesmo sendo pobre, era um homem bom e honesto. Suas dificuldades e sua pobreza não deviam ser associadas a falhas morais, mas às condições estruturais do sistema sócio-econômico, que podiam ser vencidas. A ascensão social do trabalhador estava, portanto, relacionada à intervenção do poder público e na dependência deste, única força capaz de superar os enormes problemas que condicionavam e impediam sua realização pessoal. (GOMES, 1999, p. 71).

Esta ideia do Estado Novo instalada pelo Estado Novo de que o trabalhador devia pensar no progresso do País, tem relações estreitas com o desenvolvimento da região do Mato Grosso, e com o desenvolvimento da cidade de Dourados/MT, falarei mais a frente sobre isso.

Na Era Vargas discussões sobre educação despontaram lutas ideológicas e disputas entre grupos políticos. Nesse sentido um dos marcos mais importantes foi o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, datado de 1932. Este manifesto propunha uma nova forma de se pensar a educação, como explicam Boutin e Silva (2015):

um ensino que rompesse com o modelo tradicional de educação que até então vigorava. Segundo os pressupostos escola novistas, o professor seria um direcionador do saber e os alunos seriam agrupados de acordo com as áreas de interesses, assim, as atividades seriam mais livres o professor atuaria como um estimulador do processo educativo que decorreria de um ambiente que propiciava o aprendizado. (BOUTIN; SILVA, 2015, p. 2).

O Manifesto dos Pioneiros foi importante também para as discussões sobre o ensino secundário, já que o manifesto previa que a educação deveria ser pública e gratuita e para todas as classes. Sendo assim, não seria somente para as elites. Para Xavier (2002) o Manifesto dos Pioneiros foi “um momento significativo do processo de especialização e autonomização do campo educacional.” (XAVIER, 2002, p. 7).

Neste período do Estado Novo também são criadas os Decretos-Lei que vão organizar o ensino secundário, as Reformas do Ensino Secundário Francisco Campos (1931) e a série de leis que ficou conhecida como Reforma Capanema (1942).

## METODOLOGIA

A dissertação em questão trouxe não só aspectos do momento histórico que o Brasil estava vivenciando na Era Vargas, mas, também buscou compreender como se articulou o Ensino Secundário no Brasil, buscou entender também como se desenvolveu o Ensino Secundário na região de Dourados/MT e por fim responder à pergunta de pesquisa sobre quem foram os professores e professoras do ensino secundário de Dourados no período de 1951 a 1961.

O principal documento oficial é o Decreto-Lei n. 4.244 de abril de 1942, Lei Orgânica para o ensino secundário que traz bases legais para esta pesquisa, além dos documentos das instituições escolares listados a seguir e fotografias das instituições escolares e dos professores e professoras.

Esta pesquisa foi histórica- documental, utilizando –se de documentos de duas instituições de Ensino Secundário: Ginásio Osvaldo Cruz (1954) e Ginásio Presidente Vargas (1958).

O quadro 1, relaciona os documentos encontrados no arquivo José Pereira Lins, localizado no CDR (Centro de Documentação Regional) da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Esses documentos são do Ginásio particular Osvaldo Cruz, inaugurado em 1954 na cidade de Dourados, foi a primeira instituição de ensino secundário.

**Quadro 1 - Relação de documentos encontrados no CDR sobre professores, Ginásio Osvaldo Cruz.**

Documentos	Ano de registro
Memorial de instalação do Ginásio Osvaldo Cruz	1954
Fotos do Ginásio Osvaldo Cruz	1954
Ata de criação do Ginásio Osvaldo Cruz	1954
Registro dos nomes dos professores e professoras com as disciplinas ministradas- professores e professoras em exercício	1954 a 1960
Remuneração dos professores e professoras	1954 a 1960
Regulamento escolar- contemplando os deveres dos professores e professoras	1954
Horários de aulas	1954 a 1960
Distribuição de alunos por turma	1960

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora, com base em documentação localizada no CDR/UGD.

No quadro 2, temos a relação de documentos localizados na atual Escola Estadual Presidente Vargas, que se chamava Ginásio Presidente Vargas no período. Essa instituição foi criada em 1951, mas de fato, só funcionou em 1958.

**Quadro 2 - Relação de documentos encontrados no Ginásio Presidente Vargas**

Documentos	Ano de registro
Livro ponto de professores e professoras	1961
1º livro de matrícula dos alunos	1958
Horário de aulas	Estava entre as páginas do Livro Ponto de 1961, porém sem data

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora com base no Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados

O referencial teórico utilizado para esta pesquisa foi Certeau (1982), com base na perspectiva da Nova História Cultural<sup>1</sup> a manipulação dos documentos das referidas instituições passou pela ideia de Certeau (1982) de que o historiador “trabalha sobre um material para transformá-lo em história. Empreende uma manipulação que, como as outras, obedece a regras. Manipulação semelhante é aquela feita com o mineral já refinado.” (CERTEAU, 1982, p. 72).

Outro teórico utilizado para embasar a metodologia deste estudo foi Le Goff (1990) que explica que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 470).

Nesse sentido, todos os documentos que foram indagados para construir o trabalho. Luckese (2014) considera que “Todos os documentos que nos chegam do passado são plenos de relações, de jogos de sentido e significação, construídos e preservados no tempo para as gerações futuras.” (LUCHESE, 2014, p. 149).

<sup>1</sup>Para Pesavento (2003) A História Cultural hoje pode ser considerada como uma História sem fronteiras. Vem da escola dos Annales. Ganhou vertentes no Brasil, onde se destacam vários autores brasileiros.



O Ensino Secundário no Brasil teve início com os jesuítas em 1500, os jesuítas são reconhecidos como os primeiros professores, intelectuais e pensadores brasileiros.

Vechia (2014) comenta que os jesuítas foram expulsos do Brasil, a partir daí em 1772 houve um projeto de “aulas- régias” proposto pela Coroa Portuguesa e que era um modelo onde docentes eram contratados para ministrar aulas avulsas, que não estavam necessariamente ligadas à organização de uma escola. “A autora menciona ainda que o modelo de aulas-régias perdurou por alguns anos no país uma vez que os professores em sua maioria haviam recebido formação com “mentalidade do ensino jesuítico” (VECHIA, 2014, p. 79).

Para Vechia (2014) aponta que houveram poucas mudanças no ensino secundário até o Ato Adicional de 1834 que dizia que era dever ofertar o ensino secundário. Este Ato contribuiu para a educação secundária como uma forma de organizar em um mesmo espaço as aulas que antes eram desarticuladas umas das outras.

Pessanha (2019) destaca em seus estudos que no Brasil no século XIX, houve a expansão do Ensino Liceal, sobretudo a partir de 1834. A autora relata que as instituições eram imponentes, indicando que as autoridades queriam deixar visível nos prédios gigantescos, a preocupação que queriam mostrar ter com o ensino. O Ensino Liceal foi marcado por formalidades e rigor para a boa ordem das instituições. “Para estudantes e professores os espaços do Ensino Liceal abrigavam uma vida colegial austera, formal, onde era necessário obedecer a regras disciplinares rigorosas, horários e rituais, sob pena de receber punições.” (PESSANHA, 2019, p. 94).

Dallabrida (2009) coloca que:

Durante a Primeira República (1889-1930) houve várias tentativas no sentido de superar o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados, mas elas não obtiveram êxito. Por outro lado, verifica-se que, mesmo sem a exigência da legislação oficial vigente, alguns estabelecimentos de ensino imprimiram um ritmo seriado aos seus cursos secundários, especialmente os Ginásios confessionais. É importante assinalar que, com a implantação do regime republicano, os Estados brasileiros realizaram uma intervenção estatal significativa no ensino primário por meio da implantação dos grupos escolares. Esse processo começou no Estado de São Paulo, na década de 1890, e se disseminou pelo território nacional. No entanto, com exceção do Distrito Federal, que contava com o Ginásio Pedro II, os poderes públicos federal e estaduais mostraram-se muito tímidos em relação ao ensino secundário, que foi dominado pelas redes privadas, especialmente pela Igreja Católica. Após a tensão laicizante nos primeiros anos da implantação do regime republicano e a partir de alianças com as oligarquias estaduais, a Igreja Católica estabeleceu um grande número de escolas secundárias, de forma que, no início dos anos 1930, elas eram majoritárias no território nacional (DALLABRIDA, 2005, p. 186).

Pessanha; Oliveira e Assis (2017) que existiram mudanças de organização do ensino secundário desde a Reforma Francisco Campos em 1931 até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira no ano de 1961.

Os Decretos-Lei que se destacam para o ensino secundário na Era Vargas e que têm relação com a pesquisa desenvolvida são o Decreto 19.890, de abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário, conhecida como Reforma Francisco Campos. E o Decreto-Lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário, parte da chamada Reforma Capanema.

Irei destacar aqui apenas alguns pontos relacionados aos professores nestes dois decre-

tos-lei. O Decreto 19. 890, de 18 de abril de 1931 dispõe no artigo 69 a organização dos professores dizendo que os professores deveriam ter registro reconhecido pelo Departamento nacional do Ensino, que os professores teriam prova de identidade, prova de moral, deveriam apresentar certidão de idade, certidão de aprovação em instituto de ensino secundário ou superior afim de ministrar as disciplinas pretendidas, deveriam apresentar também os diplomas científicos bem como os trabalhos publicados, deveriam ainda realizar prova de exercício do magistério.

Souza (2018) explica sobre a Reforma Francisco Campos (1931):

O ensino secundário, que era de sete séries, foi transformado em fundamental, de cinco anos, e complementar, com mais dois anos. Ao completar esses dois ciclos, fundamental e complementar, tinha-se assim caminho aberto para o ensino superior. Não podemos deixar de falar um pouco sobre a estrutura do ciclo complementar. Se o fundamental se compunha de um bloco único com cinco anos para todos alunos, o complementar dividia-se em três vertentes: complementar de direito, medicina e arquitetura/engenharia. (SOUZA, 2018, p. 22).

Cabe colocar aqui que, a Reforma Francisco campos não estava em vigência no período compreendido na pesquisa, mas, é importante ser citada para a compreensão do histórico do Ensino Secundário. No período da pesquisa a vigência era do Decreto-Lei 4.244 de 1942, a Chamada Reforma Capanema (1942) que também dava diretrizes para os professores seguirem como destaca o artigo 79:

Art. 79. A constituição do corpo docente, em cada estabelecimento de ensino secundário, far-se-á com observância dos seguintes preceitos:

1. Deverão os professores do ensino secundário receber conveniente formação, em cursos apropriados, em regra de ensino superior.
2. O provimento, em caráter efetivo, dos professores dos estabelecimentos de ensino secundário federais e equiparados dependerá da prestação de concurso.
3. Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos exigir-se-á prévia inscrição, que se fará mediante prova de habilitação, no competente registo do Ministério da Educação.
4. Aos professores do ensino secundário será assegurada remuneração condigna, que se pagará pontualmente. (BRASIL, 1942).

Como se pode ver, o Decreto-lei previa que os professores deveriam ter formação em cursos apropriados, que deveriam prestar concursos, deveria ter inscrição e realizar prova de habilitação para lecionar, deveria ter registro junto ao Ministério da Educação e deveria receber pontualmente e sua remuneração deveria ser justa. Estas informações do Decreto-Lei 4.244 de 1942 serão discutidas mais adiante com relação a realidade dos professores secundaristas em Dourados.

Para entender, a realidade dos Ginásios em Dourados/MT e de seus professores e professoras é propício entendermos um pouco da história deste município. Dourados foi criada em 1911, mas, em 15 de junho de 1914, por meio da Lei nº 658 recebeu o nome Distrito da Paz, subordinado ao município de Ponta Porã e só veio a ocorrer sua emancipação política-administrativa a partir de 1935.

O Estado Novo criou formas dividir os territórios do País. No ano de 1943, por meio do Decreto-lei nº 5812 de 13 de setembro foi criado o Território Federal de Ponta Porã, Dourados fazia parte do Território Federal de Ponta Porã neste período e essa divisão durou até 1946, pós

este período a cidade voltou a fazer parte do estado de Mato Grosso.

Assim como aconteceu em todo o Brasil, o povo estava a serviço do patriotismo como mencionado anteriormente, e várias regiões estavam sendo ocupadas por trabalhadores dispostos a trabalhar pelo desenvolvimento do País.

O povoamento de Dourados não foi diferente, os colonos que aqui vieram instalar suas casas tinham características de “um espírito desbravador por parte deles, já que tinham que entrar na área e iniciar as roças por meio da abertura de picadas, estradas e demarcações dos lotes, isentando o governo federal dos gastos para tal tarefa.” (IRALA; MARQUES, 2017, p. 17).

O ensino secundário, surge na cidade com a necessidade de os filhos dos colonos estudarem, pois, haviam escolas primárias, mas, ainda não haviam escolas secundárias. Em 1954 foi instalado o Ginásio Osvaldo Cruz, mas esta instituição era particular e nem todos podiam pagar para seus filhos estudarem. Mais tarde, em 1958 é inaugurado o Ginásio Presidente Vargas que ajudou neste processo de acesso ao ensino secundário para os que não podiam pagar.

A instalação dos dois Ginásios na cidade de Dourados não foi simples, ambos tiveram dificuldades na estrutura física para funcionar. O Ginásio Osvaldo Cruz por exemplo, funcionou em duas sedes antes de ter sede própria, as instalações eram muito simples, com salas de madeira. Já o Ginásio Presidente Vargas teve dificuldades de se instalar desde o início, foi criado em 1951 e só funcionou em 1958 após insistências da população douradense e intervenções políticas para que de fato funcionasse.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se discutir o trabalho dos professores de ensino secundário na cidade de Dourados nas duas instituições citadas. Farei aqui um breve relato dos resultados de pesquisa. Para organizar a análise dos documentos das instituições foram organizados quadros com informações sobre os professores e professoras das instituições, nestes quadros haviam informações como: nome do professor ou professora, instituição que lecionou, período em que lecionou na instituição, formação inicial, atualização e aperfeiçoamento, forma de ingresso na instituição e disciplina que lecionou. A partir desta organização foram feitas as discussões do trabalho.

Os resultados de pesquisa revelaram que haviam homens e mulheres lecionando nos Ginásios em Dourados, sendo que o Corpo Docente do Ginásio Osvaldo Cruz era formado por maioria masculina 70% e 30% de mulheres, já o Ginásio Estadual era formado em sua maioria por mulheres 71% e apenas 29% eram do gênero masculino.

Outro ponto levantado, foram o número de disciplinas ministradas o Ginásio Osvaldo Cruz 35% dos docentes lecionavam mais que uma disciplina e no Ginásio Presidente Vargas 80% dos professores e professoras ministravam mais que uma disciplina.

Destaca-se também nos resultados de pesquisa que os professores de ensino secundário estavam buscando aperfeiçoamento em serviço que era um curso que se chamava CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário) que os professores e professoras tinham formações diversas como: médicos, advogados ou padres deveriam fazer. Nos

documentos dos Ginásio Osvaldo Cruz existem registros de habilitação CADES dos docentes.

Ainda foram observados neste trabalho que, os professores e professoras tinham muita dificuldade para exercer seu trabalho, pois nem sempre as instalações dos Ginásios eram bem estruturadas e as dificuldades também estavam relacionadas com a remuneração dos professores e professoras que era muito baixa.

Conclui-se que os professores e professoras de Ensino Secundário em Dourados se desdobravam para seguir as exigências do Decreto-lei 4.244 de 1942, mas, que não recebiam valorização para desempenho de suas funções.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto – Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em junho de 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº4.244, de 09/04/1942. Lei Orgânica do ensino secundário.

Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/). Acesso em: outubro de 2019.

BRASIL, Decreto-lei Nº 5.812, DE 13 DE SETEMBRO DE 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-norma-pe.html>. Acesso em: junho de 2021.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona e SILVA, Karen Ruppel da. As reformas educacionais na Era Vargas e a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. In: Educare XII Congresso Nacional de Educação. PUCPR. 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721\\_9811.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721_9811.pdf). Acesso em: 20 de julho de 2020.

CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Floresce Universitária, 1982.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 21- 38.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 17- 20.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 53- 72.

IRALA, Clovis e MARQUES Inês Velter. Acervos Públicos e arquivos escolares: fontes para estudo da História das instituições educativas no sul do Mato Grosso (1940-1977). In: PINTO, Adriana Aparecida, FURTADO, Alessandra Cristina (Orgs). A história da educação em Mato Grosso do Sul: temas e abordagens. Dourados, MS: ed. UFGD, 2017. p.15-30.

LE GOFF. História e Memória. CAMPINAS, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. Hist. Educ. [online]. vol.18, n.43, pp.145-161, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESSANHA, Eurize Caldas. Espaços, tempos e práticas do ensino liceal: fragmentos da cultura escolar no século XIX. In: CÉSAR AUGUSTO CASTRO. (Org.). Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas. 1ed.São Luís: EDUFMA, 2019, v. 1, p. 79-99.

PESSANHA, Eurize Caldas, ASSIS, Wanderlice da Silva; OLIVEIRA Stella Sanches da Silva História do Ensino Secundário no Brasil: o caminho para as fontes. Roteiro, Joaçaba, v. 42, n. 2, p. 311-330, maio. / ago. 2017. Disponível em: [www.editora.unoesc.edu.br](http://www.editora.unoesc.edu.br).

SOUZA, Everton Aparecido Moreira de. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 12 v. 12 n. 23 jul. /dez 2018.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. Histórias e memórias no Brasil. Vol II: século XIX.- 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 78-89.

XAVIER, Libânia Nacif. A construção social e histórica da profissão docente uma síntese necessária\*. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 59 out. -dez. 2014.

